

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
DO PORTO DE FORTALEZA – 2025**

DATA E HORA: 19/12/2025 às 09h30min

LOCAL: Presencial e por videoconferência, através do sistema *Microsoft Teams*.

CONVIDADOS: **Oswaldo George Fontenele**, Representante da Diretoria de Gestão Portuária da CDC; **Kléber Correia Lima Filho**, Coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica; **Igor Rodrigues Brasil**, Coordenador de Infraestrutura Civil; **Sidharta Bezerra** e **Nino Giovanny**, representantes da Coordenadoria de Informática, Coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica; **Igor Rodrigues Brasil**, Coordenador de Infraestrutura Civil; **Fausto Pinheiro Neto**, representante da empresa HMS Brasil Offshore.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quórum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes, declarando instalada a 8ª reunião ordinária do Conselho de Autoridade Portuária em 2025.

II. Aprovação da ata da 7ª reunião ordinária do CAP em 2025:

As Atas foram submetidas à aprovação do plenário pelo Presidente e aprovadas por unanimidade.

ORDEM DO DIA

III. Arrendamentos de áreas no Porto de Fortaleza – Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

a. Terminais MUC59/MUC03/MUC05

b. Terminal de Contêineres

c. Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto

O Sr. Francisco Roberto Loureiro, Conselheiro representante da Companhia Docas do Ceará, apresentou atualização acerca da destinação da área correspondente ao MUC 59, identificada no PDZ como FOR 46 – Pátio de Trilhos, com área total de 25.628,96 m², a qual encontra-se atualmente em análise pela Autoridade Portuária. Informou que a Diretoria da Presidência e a Diretoria Comercial estão realizando análise de mercado, levantamento topográfico e mantendo agenda de prospecção e reuniões com potenciais interessados, com o objetivo de estruturar nova proposta para exploração da área, considerando, inclusive, sua integração operacional com as áreas MUC 61 e MUC 45. Informou

ainda que a área, anteriormente utilizada por operador e posteriormente objeto de contrato de arrendamento com a empresa Global Ship, foi retomada pela CDC em razão de distrato contratual, após o cumprimento parcial das obrigações iniciais por parte da arrendatária. Esclareceu que, com a formalização do distrato, a área retornou integralmente à gestão da Companhia, encontrando-se atualmente disponível para futura destinação, podendo vir a ser novamente ofertada em certame, conforme avaliação da Autoridade Portuária. Acrescentou que, embora haja sinalizações informais de interesse por parte de operadores, até o momento não houve formalização de propostas.

O Conselheiro apresentou atualização acerca do Terminal MUC 03, correspondente às áreas FOR 30 (Armazém A-4) e FOR 51 (Retroárea A-4), com área total de 17.767,54 m², destinada à movimentação de granel sólido mineral. Informou que não houve alterações relevantes no andamento do processo desde a última atualização apresentada ao Conselho. Registrou que representantes do Ministério estiveram recentemente na Companhia Docas do Ceará para visita técnica às áreas, sem que disso tenha resultado qualquer mudança efetiva no status do processo.

Quanto ao MUC 05, referente ao projeto da empresa Mizu Cimentos destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, registrou que, nos dias 13 e 14 de agosto, foi realizada visita técnica da equipe do LabTrans/MPOR às instalações da CDC, ocasião em que houve apresentação do projeto, detalhamento das atividades, discussão do macrocronograma e vistoria da área objeto do arrendamento. Esclareceu que o processo encontra-se em fase de tramitação administrativa, com ajustes e consolidação técnica do EVTEA, contando com o apoio de instituições públicas de caráter técnico, com vistas ao alinhamento da proposta para posterior encaminhamento às instâncias competentes no âmbito do Ministério. Acrescentou que não houve alteração relevante de status desde a última atualização, permanecendo o processo em análise.

No que se refere ao Terminal de Contêineres, o Conselheiro informou que não houve alterações relevantes no andamento do processo de licitação desde a última atualização apresentada ao Conselho. Registrou, contudo, expectativa de crescimento na movimentação de contêineres no próximo exercício, em razão de ajustes operacionais e da evolução gradual da demanda, ainda que o projeto permaneça em fase provisória.

Referente ao Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto de Fortaleza, o Conselheiro Allan Coutinho informou que foram recebidas atualizações por meio de e-mail da Petrobrás, indicando a necessidade de abertura de comissão de negociação específica para tratar dos contratos de passagem. Registrou que a expectativa é de que as tratativas avancem no primeiro semestre de 2026, ocasião em que deverá ser realizada visita técnica, com o objetivo de dar continuidade às negociações e avaliar as condições operacionais do píer, visando à futura contratação. Informou ainda que as comunicações pertinentes já foram encaminhadas às áreas internas competentes da CDC.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

IV. Movimentação de cargas. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Oswaldo Fontenele, representante da Diretoria de Gestão Portuária da Companhia Docas do Ceará, apresentou ao Conselho o panorama da movimentação de cargas do Porto de Fortaleza,

com base nos dados constantes do Relatório Gerencial – Novembro/2025, informando que, embora o Porto não tenha alcançado a meta anual estabelecida, a expectativa é de que o resultado de 2025 se aproxime ou até supere a movimentação registrada em 2024, a depender da confirmação das operações previstas para o encerramento do exercício.

Informou que, no acumulado até novembro, a movimentação total do Porto encontra-se abaixo da meta anual, apresentando variação negativa de 1,1% em relação a 2024. Ressaltou, entretanto, que o desempenho do último bimestre poderá reduzir significativamente esse desvio, havendo expectativa de que o fechamento de 2025 fique muito próximo, ou ligeiramente acima, do resultado obtido no exercício anterior, condicionado à confirmação das operações programadas para dezembro.

No segmento de granel líquido, informou que a movimentação permanece abaixo da meta e do resultado do exercício anterior, com tendência de encerrar o ano com desempenho inferior ao planejado. Destacou, contudo, que os resultados financeiros associados ao segmento permanecem satisfatórios, em razão do maior impacto arrecadatório desse tipo de carga. Registrou ainda que o comportamento do granel líquido tem sido influenciado por fatores externos de mercado, não havendo indicativos de restrições operacionais no Porto.

Quanto ao granel sólido agrícola, informou que o acumulado do ano registrou redução de 4,8% em comparação ao exercício anterior, com volume movimentado de aproximadamente 987.657 toneladas. Esclareceu que, embora haja bom desempenho pontual no mês de dezembro, tal resultado não é suficiente para superar o volume total registrado em 2024. Ressaltou que a redução observada não decorre de limitações operacionais do Porto, mas está associada a fatores estruturais de mercado, incluindo mudanças nos hábitos de consumo e redução da demanda.

Relativo ao granel sólido mineral, informou que a movimentação apresentou crescimento de 11,6% em relação ao exercício anterior, com volume acumulado de aproximadamente 671.990 toneladas. Destacou que esse desempenho positivo está diretamente relacionado à dinâmica da indústria cimenteira, envolvendo a importação de insumos e a exportação de clínquer. Esclareceu que o crescimento observado decorre, principalmente, do incremento das exportações de clínquer com destino a Belém e Manaus, realizadas, em especial, pela empresa Polimix Brasil.

No que se refere ao granel sólido total, informou que o segmento apresentou crescimento de 1,4% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no Relatório Gerencial, resultado da compensação entre o aumento da movimentação de granel sólido mineral e a redução observada no granel sólido agrícola.

Para o segmento de carga geral, informou que a movimentação apresentou redução de 2,3% em relação ao exercício anterior, com volume acumulado de aproximadamente 623.157 toneladas. Esclareceu que a variação observada está relacionada a operações pontuais, especialmente ligadas a descargas destinadas à região Norte, que não se repetiram com a mesma intensidade em 2025, bem como à descontinuidade ou redução de determinados serviços e escalas, impactando o volume movimentado no período.

No tocante à movimentação de contêineres, informou que os volumes permanecem abaixo da meta estabelecida e inferiores aos registrados em 2024, apresentando redução de 5,6% em relação ao exercício anterior. Esclareceu que, embora o segundo semestre tenha apresentado desempenho superior ao do primeiro, observa-se inversão em relação ao comportamento verificado no ano anterior, quando a movimentação esteve mais concentrada na primeira metade do ano. Ressaltou que a redução observada está associada, principalmente, à diminuição das exportações, bem como à reconfiguração de fluxos logísticos e decisões comerciais dos principais clientes.

Conselho continuará acompanhando a questão.

- V. **Atualização acerca de assuntos gerais. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.**
- a. **Segurança no Porto**
 - b. **Apresentação institucional e conceitual do cronograma de implantação e do Sistema de agendamento do Apoio Logístico**
 - c. **Apresentação geral da situação do alfandegamento do Porto e seus terminais**

Os Srs. Sidharta Bezerra e Nino Giovanny, representantes da equipe de TI da CDC apresentaram ao Conselho a apresentação institucional do cronograma de implantação do Sistema de Pré-Agendamento, contextualizando que o projeto teve início há cerca de um a dois anos, a partir da identificação de problemas recorrentes relacionados ao acesso de caminhões e pessoas ao Porto de Fortaleza, inclusive com impactos sociais e operacionais registrados no entorno portuário. Informou que, após a consolidação das soluções voltadas ao controle de acesso de pessoas, a Companhia avançou para a estruturação do modelo de acesso de caminhões, com a implantação de pátios de apoio logístico em três locais externos, tornando necessária a adoção de um sistema eletrônico de agendamento e controle de acesso. Esclareceu que o sistema está sendo desenvolvido com recursos próprios da CDC, pela equipe interna de TI, priorizando inicialmente as operações com maior volume de caminhões, notadamente as cargas containerizadas. Destacou que o sistema encontra-se atualmente em fase de operação assistida, sendo testado em escala reduzida, com o objetivo de mitigar riscos, identificar ajustes necessários e garantir maturidade operacional, antes de sua disponibilização plena aos usuários. Foi enfatizado que o sistema permitirá que toda e qualquer carga que ingresse no Porto passe previamente pelo agendamento eletrônico, com definição de janelas de recebimento, promovendo maior previsibilidade logística, organização do fluxo de caminhões e melhoria das condições de atendimento aos transportadores. Destacou-se ainda que a solução contribuirá para uma condição mais humanizada de acesso, evitando filas externas, permanência de caminhões em vias públicas e situações de vulnerabilidade anteriormente observadas.

Ao final, o Presidente e os Conselheiros parabenizaram a equipe pelo trabalho desenvolvido, reconhecendo a relevância estratégica do projeto para a Companhia Docas do Ceará, e manifestaram que o Conselho seguirá acompanhando a implantação e a futura virada de chave do sistema para operação plena.

Em atendimento à solicitação do Conselho, o representante da Receita Federal no Porto do Mucuri, Sr. Alexandre Marques, apresentou overview do processo de alfandegamento, esclarecendo que o acompanhamento das áreas alfandegadas da Companhia Docas do Ceará é realizado por equipe própria da Receita Federal, responsável pelo levantamento das pendências existentes e pela condução das orientações necessárias à sua regularização, em articulação com a Autoridade Portuária. Informou que, no que se refere às áreas sob gestão direta da CDC, a situação encontra-se regular, não havendo pendências relevantes no momento, em consonância com as atualizações do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). Esclareceu ainda que há processos específicos em andamento, relacionados a novos arrendamentos e áreas submetidas a leilão, bem como ao pedido de alfandegamento da área ocupada pela TERMAP, cujo alfandegamento permanece formalmente em nome da Companhia Docas do Ceará, demandando ajustes para adequação definitiva.

No tocante à segurança das áreas alfandegadas, foi informado que fragilidades anteriormente apontadas, especialmente relacionadas ao sistema de monitoramento por câmeras, foram sanadas, com a implantação de novo parque de câmeras, abrangendo o perímetro e áreas sensíveis. Registrou-se que foi realizada avaliação geral do sistema, com recomendações pontuais de remanejamento de

equipamentos, bem como ações complementares de melhoria da iluminação e manutenção de postes, visando ao reforço da segurança perimetral. Destacou-se, como ponto de atenção remanescente, a necessidade de plena implementação do Sistema Confere e da API Recinto, ressaltando-se que tais ferramentas são essenciais para a informatização completa dos processos de controle e conferência de cargas, reduzindo riscos operacionais e fiscais, inclusive quanto à aplicação de penalidades. Informou-se que a Receita Federal mantém acompanhamento contínuo da matéria, em diálogo permanente com a Autoridade Portuária.

O Conselheiro Bruno Iughetti registrou que é recomendável manter o acompanhamento das questões de alfandegamento junto à Receita Federal, por intermédio da Aduana do Porto de Fortaleza, especialmente no que se refere à área ocupada pela TERMAP, a fim de evitar eventual aplicação de sanções ao Porto de Fortaleza.

O Presidente do Conselho consignou que o tema não demanda acompanhamento permanente pelo Conselho, devendo ser tratado sempre que houver atualizações relevantes, ocasião em que a Companhia Docas do Ceará acionará a Receita Federal para os devidos esclarecimentos, ressaltando a importância da comunicação contínua e transparente entre as instituições.

VI. Apoio Logístico a caminhoneiros e usuários. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Roberto Loureiro informou que, no que se refere ao apoio logístico a caminhoneiros e usuários, não houve novidades relevantes desde a última atualização, ressaltando que seguem em andamento as obras de implantação dos pátios de apoio.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VII. Atualização sobre ações para melhoria da infraestrutura portuária do Porto de Fortaleza. Relator: Urbano Costa Lima Filho – Representante da Autoridade Portuária.

- a. Execução dos serviços de batimetria**
- b. Defensas**
- c. Pavimentação e recuperação do Cais Comercial**
- d. Píer Petrolero**

O Sr. Roberto Loureiro apresentou atualização acerca dos serviços de batimetria realizados no Porto de Fortaleza, informando que os levantamentos foram concluídos e aprovados pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), com discussão dos resultados junto à Capitania dos Portos. Esclareceu que os novos dados possibilitaram melhor caracterização do fundo do canal, com identificação e tratamento de altos-fundos pontuais, considerando que não havia prospecção completa do fundo há mais de vinte anos. Destacou que os resultados permitiram consolidar ganhos operacionais relevantes, com o registro do novo canal de acesso junto à Marinha, o qual em breve será incorporado à Carta Náutica oficial, refletindo as condições atuais de navegabilidade do Porto de Fortaleza, com calado operacional de até 12,5 metros e largura aproximada de 800 metros.

Informou ainda que foi instalado equipamento do tipo ondógrafo para o monitoramento contínuo das condições de ondas, ampliando a previsibilidade de eventos extremos e permitindo

ajustes operacionais mais precisos, com impacto direto na segurança e na capacidade operacional do Porto.

O Sr. Kléber, coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica da CDC apresentou atualização acerca das ações voltadas à substituição e reforço do sistema de defensas do Cais Comercial, informando que se encontram em andamento processos de aquisição relacionados aos painéis de defesa e seus componentes estruturais, incluindo os elementos necessários à instalação. Esclareceu que os processos administrativos encontram-se em fase final de tramitação, com previsão de emissão da ordem de serviço após a conclusão das etapas internas, destacando que o prazo estimado para fornecimento e instalação dos novos equipamentos é de aproximadamente 90 dias, a contar da formalização contratual. Informou ainda que parte dos componentes internos do sistema encontra-se em estado avançado de desgaste, não sendo possível sua reutilização.

Os Conselheiros ressaltaram a necessidade de reforço dos procedimentos operacionais de acostagem e praticagem, especialmente durante e após a instalação dos novos painéis, considerando o porte crescente das embarcações, de modo a evitar desgaste ou perda precoce dos equipamentos, destacando a importância da atuação coordenada entre Autoridade Portuária, operadores e práticos.

O Sr. Igor Brasil, Coordenador de Infraestrutura Civil da Companhia Docas do Ceará, informou que o Cais Comercial permanece na mesma situação apresentada na reunião anterior, encontrando-se em fase de estudos e elaboração de proposta técnica, conduzidos em conjunto com o Dr. Joaquim Mota, no âmbito do Escritório de Projetos.

Sobre o Píer Petroleiro, o Sr. Igor Brasil apresentou atualização acerca da situação do Píer Petroleiro, informando que o processo licitatório destinado à recuperação da estrutura encontra-se paralisado em razão de decisão judicial liminar, proferida no âmbito de ação ajuizada por empresa interessada, que suspendeu o andamento do certame. Esclareceu que a Companhia Docas do Ceará, por intermédio de sua área jurídica, adota as medidas cabíveis visando à reversão da decisão, permanecendo o tema sob acompanhamento. Informou ainda que, enquanto perdurar a paralisação, estão sendo realizadas vistorias técnicas periódicas no Píer Petroleiro, a pedido da ANTAQ e do engenheiro responsável pelos estudos estruturais, Dr. Joaquim Mota, com a emissão de laudos técnicos mensais, de forma a acompanhar a condição da estrutura e mitigar riscos operacionais.

O Presidente do Conselho, Daniel Aldigueri, destacou o caráter de urgência da matéria, ponderando que, a título de sugestão e reflexão, a Companhia avalie a conveniência de estudar cenários e alternativas, inclusive no sentido de deixar previamente analisadas e organizadas as informações necessárias, para eventual necessidade futura de contratação emergencial ou direta, sem que isso represente deliberação, determinação ou encaminhamento, e sem prejuízo das medidas jurídicas em curso para a retomada do processo licitatório.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Ao final dos debates, registraram-se manifestações de agradecimento dos conselheiros e convidados e constatada a inexistência de qualquer outro assunto a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho de

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

Autoridade Portuária que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes e pela secretária.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2025.

DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI
Presidente do CAP

FRANCISCO ROBERTO LOUREIRO ARAÚJO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO LIMA DOHNERT
Conselheiro

BRUNO IUGHETTI
Conselheiro

JOSÉ CLERTON MAGALHÃES BEZERRA
Conselheiro

IVALONY MACIEL MANGUEIRA
Conselheiro – Suplente

ALLAN COUTINHO PEREIRA
Conselheiro - Suplente

FRANCISCO LÚCIO BATISTA NUNES
Conselheiro – Suplente

VERIDIANE MAIA
Secretária